

Rio de Janeiro

Terça-feira, 15 de fevereiro de 2022 – Diário Comercial – 01

VIAÇÃO PAVUNENSE S/A
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ/MF nº 33.521.931/0001-94 - NIRE nº 3330000569-2
Sociedade Anônima de Capital Fechado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os senhores acionistas da Viação Pavunense S.A. a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **02 de Março de 2022, primeira chamada às 9:00 horas, e segunda chamada, às 10:00 horas**, em sua sede social, na Avenida Chrisóstomo Pimentel de Oliveira, nº 699, Anchieta, Rio de Janeiro/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia. **Assembleia Geral Ordinária.** 1) Eleição do novo Diretor Comercial, para o fim do triênio de 2022, 2023 e 2024, face a renúncia do atual diretor; 2) Ratificar as deliberações realizadas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12/08/2021; 3) Prestação de contas do exercício encerrado em 31/12/2021; 4) Assuntos gerais. O acionista, seu representante legal ou procurador, para participar da Assembleia, deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando, além do documento hábil de sua identificação, os seguintes: (I) comprovante da qualidade de acionista e da sua posição acionária, expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia; e (II) na hipótese de representação por procuração, a via original do instrumento de mandato devidamente formalizado, assinado e com reconhecimento de firma do acionista outorgante. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral Ordinária ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da companhia, na Avenida Chrisóstomo Pimentel de Oliveira, nº 699, Anchieta, Rio de Janeiro/RJ, nos moldes da legislação vigente. A convocação para a presente Assembleia Geral Ordinária respeita estritamente o artigo 124 da Lei 6.404/76. Rio de Janeiro, 14 de Fevereiro de 2022. **Mário Pereira do Outeiro - Diretor Presidente do Conselho de Administração.**

iCredit Capital Ltda.

CNPJ/ME 38.099.278/0001-30 - NIRE 3523624889

4º Alteração do Contrato Social e Transformação em Sociedade Anônima de Capital Fechado
 Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas: **I. Leonardo Daniel Vieira Ribeiro**, RG nº 27.028.975-6 SSP/SP, CPF/ME sob o nº 276.969.738-27, com endereço comercial na cidade de São Paulo, SP, e-mail: lribeiro@spinetbank.com ("**Leonardo**"); e **II. Spinet Bank Participações S.A.**, CNPJ sob o nº 27.352.257/0001-69, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300502361, com sede na Cidade Monções, Cidade de São Paulo, SP, neste ato representada por **Henrique de Araújo Antunes**, RG nº 23.402.549-9 (SSP/SP), CPF/ME sob o nº 254.645.848-54, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, SP, e-mail brantunes@spinetbank.com e por **Leonardo Daniel Vieira Ribeiro**, acima qualificado ("**Spinet Bank**"); Unicos sócios da **iCredit Capital Ltda.**, CNPJ/ME nº 38.099.278/0001-30, com sede na cidade de São Paulo, SP, com seus atos constitutivos registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (**JUCESP**) sob o NIRE 3523624889, com última alteração do contrato social registrada sob nº 0.669.168/21-0 em sessão de 29/07/2021 ("**Sociedade**") resolvem, por unanimidade, alterar e consolidar o Contrato Social da sociedade empresarial limitada, a qual será regida e interpretada em conformidade com os seguintes termos, condições e cláusulas: **I. Renúncia de Diretor da Sociedade. 1.1.** Os sócios consignam a renúncia ao cargo de Diretor da Sociedade do Sr. **Leonardo Daniel Vieira Ribeiro**, RG nº 27.028.975-6 SSP/SP, CPF/ME sob o nº 276.969.738-27, com endereço comercial na cidade de São Paulo, SP. **1.2.** Os sócios consignam a renúncia ao cargo de Diretor da Sociedade do Sr. **Bernardo da Silveira Alves**, RG nº 44.001.179-4 SSP-SP, CPF/ME sob o nº 360.554.958-64, residente e domiciliado na Cidade Monções, SP/SP. **1.3.** Os sócios consignam a renúncia ao cargo de Diretor da Sociedade do Sr. **Alexandre Soares de Lima**, RG nº 27.426.291-5 SSP/SP, CPF/ME sob o nº 179.537.838-78, residente e domiciliado na cidade de Cotia, SP. **1.4.** Os Srs. **Leonardo Daniel Vieira Ribeiro**, **Bernardo da Silveira Alves** e **Alexandre Soares de Lima** outorgam à Sociedade e aos sócios a mais ampla, irrevogável e irretroatável quitação em relação a quaisquer valores devidos em decorrência do exercício do cargo de Diretor da Sociedade, para nada mais reclamarem a esse título, a qualquer tempo, em juízo ou fora dele. **1.5.** A Sociedade outorga aos Srs. **Leonardo Daniel Vieira Ribeiro**, **Bernardo da Silveira Alves** e **Alexandre Soares de Lima** a mais ampla, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais reclamarem a qualquer título e a qualquer tempo, e a qualquer foro dele, com relação ao cumprimento das obrigações por eles assumidas em virtude do exercício dos cargos de Diretores da Sociedade. **II. Integralização e Aumento de Capital Social. 2.1.** Em conformidade com a cláusula 5ª do Contrato Social, estão pendentes de integralização 510.204 quotas de titularidade da Spinet Bank Participações S.A. **2.2.** A sócia Spinet Bank, neste ato, resolve integralizar tais quotas em moeda corrente nacional. Assim, o capital social da Sociedade passa a estar totalmente subscrito e integralizado. **2.3.** Considerando que o capital social está totalmente subscrito e integralizado, os sócios resolvem aumentar o capital social da Sociedade de R\$ 4.810.602,00 para R\$ 5.727.460,00, com o efetivo aumento de R\$ 916.858,00, mediante a emissão de 916.858 novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada ("**Novas Quotas**"). **2.4.** As Novas Quotas são, neste ato, integralmente subscritas pela sócia **Spinet Bank Participações S.A.**, bem com totalmente integralizadas em moeda corrente nacional. **2.5.** Em razão das resoluções constantes dos Itens 2.1 a 2.4 acima, as sócias resolvem alterar a Cláusula 5ª do contrato social da Sociedade, a qual passa a vigorar com a seguinte nova redação. **III. Transformação em Sociedade Anônima de Capital Fechado. 3.1.** Os sócios resolvem aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade, a qual passa de sociedade limitada empresarial para sociedade anônima de capital fechado ("**Companhia**"), sendo, para todos os fins de direito, a continuação da sociedade limitada empresarial, sem interrupção de sua existência jurídica e permanecendo válidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades que a ela cabiam. A Companhia passará a utilizar a denominação social de **iCredit Capital S.A.**, tendo as seguintes características:

(i) A Companhia terá como objeto social: (i) o desenvolvimento de softwares para avaliação, estruturação, liquidação financeira e aquisição de créditos e seguros; (ii) a prestação de serviços de avaliação, estruturação, liquidação financeira e aquisição de créditos e seguros; (iii) a aquisição de direitos creditórios representativos de créditos originários de operações de compra e venda mercantil ou da prestação de serviços realizadas nos segmentos industrial e comercial, bem como créditos originados de serviços e entregas futuras; (iv) a atuação como agente de cobrança de crédito fundos de investimento em direitos creditórios; (v) a prestação de serviços de consultoria de crédito para fundos de investimento em direitos creditórios; (vi) a prestação de serviços relacionados a cartão de crédito, débito e pré-pagos, inclusive emissão e gestão de moeda eletrônica, instituição e administração de arranjos de pagamento, bem como outras atividades relacionadas à prestação de serviços de pagamento; (vii) a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de instrumentos de pagamento e atividades correlatas; e (viii) a atuação como correspondentes de instituições financeiras. (ii) Os sócios, o patrimônio líquido e o valor do capital social da Companhia manter-se-ão inalterados, substituindo-se cada quota representativa do capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado, por 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, mantendo-se, portanto, o capital social com valor de R\$ 5.727.460,00, representado por 5.727.460 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da Companhia são distribuídas entre os sócios em idêntica proporção das quotas anteriormente de titularidade de Leonardo e Spinet Bank, em conformidade com a tabela abaixo: **Acionistas - Nº de Ações Ordinárias: Leonardo Daniel Vieira Ribeiro - 1; Spinet Bank Participações S.A. - 5.727.459. Total - 5.727.460.** (iii) A Companhia será administrada por uma Diretoria e por um Conselho de Administração, mediante as atribuições previstas em lei, no presente Estatuto Social e em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, se aplicável. Os membros dos referidos órgãos são denominados em conjunto "Administradores". A Diretoria será composta por 3 membros denominados "Diretores", acionistas ou não, residentes no País, eleito pelo Conselho de Administração pelo prazo de mandato unificado de 03 anos, podendo ser reeleitos. O Conselho de Administração será composto por 4 membros denominados "Conselheiros", sendo um deles o Presidente do Conselho de Administração, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral pelo prazo de mandato unificado de 03 anos, podendo ser reeleitos. **IV. Alteração da Sede Social. 4.1.** Ao contínuo, os acionistas da Companhia resolvem alterar o endereço da sede social da Companhia de Rua Dr. Tomas Carvalho, nº 540, apartamento. 101, CEP 04006-001, na cidade de São Paulo, SP, para Rua Conceição de Monte Alegre, nº 198, 11º andar, Cidade Monções, SP. **V. Indicação de Nome Fantasia da Sociedade. 5.1.** Os acionistas resolvem indicar nome fantasia para a Companhia, que será "**Bava**". **VI. Indicação, Eleição e Nomeação dos Conselheiros da Companhia. 6.1.** Os acionistas, por unanimidade de votos, decidem indicar, eleger e nomear, já em conformidade com as novas regras estatutárias da Companhia, os seguintes membros do Conselho de Administração, os quais terão mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição: (i) **Marcelo Serfaty**, RG nº 004457205-5 IFP/RJ, CPF/ME sob o nº 693.156.557-53 na cidade do Rio de Janeiro, RJ, para o cargo de Presidente do Conselho; (ii) **Hélio Lima Magalhães**, RG nº 574.527 SSP/RJ, CPF/ME sob o nº 344.224.557-53, residente domiciliado na Cidade de São Paulo, SP, para o cargo de Conselheiro; (iii) **Cesar Augusto Pinela**, RG nº 12164279-3, CPF/ME sob o nº 076.164.968-90, residente domiciliado na cidade de São Paulo, SP, para o cargo de Conselheiro; e (iv) **Marcos da Cunha Póvoa**, RG nº 074.88087-3, CPF/ME sob o nº 000.961.037-52, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, SP, para o cargo de Conselheiro. Os membros da Diretoria serão eleitos ato contínuo na correspondente reunião dos membros do Conselho de Administração ora empossados. **VI.2.** Os Conselheiros ora eleitos tomam posse de seus cargos, nesta data, mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse constantes do Anexo ao Anexo IV a esta ata, os quais incluem as declarações de desimpedimento legal, nos termos do artigo 147, § 1º, da Lei Federal nº 6.404/76 ("**LSA**"). **VII. Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia. 7.1.** Os acionistas da Companhia resolvem, em conformidade com o Artigo 152 da LSA, que os diretores por este ato indicados, eleitos e nomeados, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, a qual será levada à conta de despesas gerais da Companhia, devendo o valor global de tal remuneração ser deliberado em futura assembleia geral da Companhia. **VIII. Jornais para publicação dos atos societários de interesse da Companhia. 8.1.** Os acionistas da Companhia resolvem selecionar o Diário Comercial, além do Diário Oficial do Estado de São Paulo, para a publicação dos atos societários e de interesse da Companhia. **IX. Conselho Fiscal. 9.1.** Para o presente exercício social, os acionistas resolvem não instalar o Conselho Fiscal, cujo funcionamento não é permanente. **X. Aprovação do Estatuto Social. 10.1.** Ainda, os acionistas da Companhia resolvem, diante das resoluções acima, aprovar o Estatuto Social de tal Companhia, o qual passa a vigorar, a partir desta data, com a redação constante do Anexo V a esta alteração de Contrato Social. **XI. Atos Complementares. 11.1.** Por fim, os acionistas autorizam os Diretores e Conselheiros ora eleitos, indicados e nomeados a promover todos os atos e providências complementares à formalização das deliberações tomadas por meio deste ato societário. Os signatários declaram que este ato societário é assinado por meio eletrônico, com o uso da plataforma D4Sign (i.e., <https://www.d4sign.com.br/>), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001. Os signatários reconhecem como válidas as assinaturas realizadas inclusive com certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (i.e., ICP-Brasil), nos termos do Artigo 10, § 2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001. Este ato societário produz efeitos para todos os signatários a partir da data nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura em data posterior. São Paulo/SP, 06/12/2021. **Sócios/Acionistas: Leonardo Daniel Vieira Ribeiro; Spinet Bank Participações S.A.** - p. Henrique de Araújo Antunes e Leonardo Daniel Vieira Ribeiro. **Diretores Renunciantes: Leonardo Daniel Vieira Ribeiro; Bernardo da Silveira Alves; Alexandre Soares de Lima. Advogado Responsável: Amanda Correia Lopes Costa** - OAB/SP nº 455.327. **JUCESP/NIRE S/A** nº 3530058423-6 e **JUCESP** nº 2.110.22-2 em 05/01/2022. Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Construtora Adolpho Lindenberg S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 61.022.042/0001-18 - NIRE 35.300.067.827

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de Dezembro de 2021
1. Data, Hora e Local: Acs 17 dias do mês de dezembro de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("**Companhia**"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Itaim Bibi, CEP 04534-002. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos Conselheiros da Companhia, Srs. Adolpho Lindenberg, Marcelo Haddad Buzar e Maurício Piazзон Barbosa Lima. **3. Mesa:** Presidente - Sr. Maurício Piazзон Barbosa Lima, Secretária - Sr(a), Natália Karuz de Aguiar Silva. **4. Ordem do Dia:** Aprovar a prestação de garantia na modalidade de fiança para a sua controlada Gregório Empreendimento Imobiliário SPE Ltda (CNPJ nº 44.225.153/0001-02) em favor da Vert Companhia Securitizadora (CNPJ nº 25.005.983/0001-09). **Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação da matéria constante da Ordem do Dia, os Conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos e sem restrições, autorizar a prestação da garantia acima mencionada, até o valor de R\$27.278.150,00 (vinte e sete milhões, duzentos e setenta e oito mil, cento e cinquenta reais) no âmbito da operação da 1ª Série da 6ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Vert Companhia Securitizadora, sociedade anônima da capital aberto devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ sob o nº 25.005.683/0001-09 (os "CRI" e a "Securitizadora", respectivamente), para garantia (i) das obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, inclusive decorrentes dos juros, multas (inclusive indenizatórias) e penalidades, decorrentes das notas promissórias emitida pela controlada em questão; (ii) das obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, inclusive decorrentes dos juros, multas (inclusive indenizatórias), penalidades, dever de recompra e indenizações relativas aos créditos imobiliários advindos das notas promissórias, bem como as demais obrigações assumidas pela controlada em questão nas notas promissórias; e (iii) de todos os custos e despesas incorridos pela controlada em questão em relação às notas promissórias e aos respectivos CRI, bem como à execução das garantias vinculadas aos respectivos CRI, incluindo penas convencionais, honorários advocatícios, custas, despesas judiciais ou extrajudiciais, tributos e custos relativos ao cancelamento de garantia ("Obrigações Garantidas"). Imediato os Diretores da Companhia desde já autorizados a assinar e praticar todos e quaisquer atos exigidos para a sua constituição. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos até a lavratura desta ata. Reaberta a sessão pelo Sr. Presidente, foi a ata lida e unanimemente aprovada, autorizada a lavratura e publicação da presente ata sob a forma de sumário dos fatos ocorridos. **Mesa:** Maurício Piazзон Barbosa Lima (Presidente), Natália Karuz de Aguiar Silva (Secretária), Conselheiros Presentes: Adolpho Lindenberg, Marcelo Haddad Buzar e Maurício Piazзон Barbosa Lima. Confira em original lavrado em livro próprio. **Mesa:** Marcelo Haddad Buzar - Presidente, Maurício Piazзон Barbosa Lima - Secretária. JUCESP nº 662.439/21-1 em 23/12/2021. Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Winwin Mídia e Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 29.257.741/0001-34

Ata de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária Digital
 Ficam os senhores acionistas da **Winwin Mídia e Tecnologia S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.257.741/0001-34, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.739 - Box 79, Jardim Paulista, CEP 01452-001 ("**Companhia**"), convocados para participar da Assembleia Geral Extraordinária ("**AGE**") a ser realizada no dia 21 de fevereiro de 2022, às 12h, de modo exclusivamente digital, através do sistema digital Zoom, para deliberarem remotamente sobre a seguinte ordem do dia: (i) dissolução e extinção da Companhia; (ii) distribuição de haveres; (iii) indicação de responsável pela guarda dos livros; e, (iv) demais assuntos de interesse da Companhia. A participação e o voto na assembleia ocorrerão exclusivamente de forma remota por meio da plataforma eletrônica Zoom, sem a possibilidade de comparecimento físico. Na hipótese de representação por meio de procurador, o Acionista deverá enviar previamente à Companhia, no e-mail daniela@winwinmedia.com, com antecedência mínima de 3 (três) dias cópia digitalizada integral do instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado pelo acionista outorgante acompanhado de cópia do documento de identidade de seu procurador. Os Acionistas deverão até 03 (três) dias antes da AGE o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGE, e em caso de qualquer dúvida quanto ao acesso este deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail daniela@winwinmedia.com em qualquer horário, antes das 12 horas do dia 21 de fevereiro de 2022 - a fim de que lhe sejam reenviadas suas respectivas instruções para acesso. Os acionistas deverão se familiarizar previamente com o uso da plataforma digital Zoom, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). A Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da AGE, acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário previsto para início da AGE a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. A Companhia não se responsabiliza por problemas de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade da plataforma Zoom com o equipamento do acionista). São Paulo, 11 de fevereiro de 2022. **Daniela Klaiman** e **Sérgio Klaiman** - Membros do Conselho de Administração.

SILTOTAL HOLDING S/A

CNPJ/ME nº 26.664.058/0001-23 NIRE 35.300.498.674

Ata de Assembleia Geral Extraordinária. 1. Data, Hora e Local: Realizada aos 31/12/21, às 10:30h, na sede social da na Rua Doutor Renato Paes e Barros, 750 - CJ 61, 62 e 63, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP: 04.530-001 ("**Companhia**"). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada de acordo com o disposto no §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas"; **3. Mesa:** Presidente: Fabio Alejandro Baimelju; Secretário: Marcelo de Castro Cardoso. **4. Ordem do Dia:** Os acionistas se reuniram para deliberar sobre o Aumento do Capital Social da Companhia mediante a capitalização da reserva, com emissão de novas ações. **5. Deliberações:** Deliberam os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: 5.1. Aumentar o Capital Social da Companhia, observados os arts. 166 e 169 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei da S.A."), dos atuais R\$ 347.200.897,00 para R\$ 392.200.897,00. O aumento do capital social da Companhia totalizará R\$ 45.000.000,00 e será realizado mediante a capitalização de parte da reserva de lucros da Companhia, nos termos dos artigos 193 e seguintes da Lei da S.A. A reserva foi apurada conforme balanço patrimonial em 31/12/21. Em virtude do referido aumento de capital da Companhia, serão emitidas 45.000.000 novas ações, com valor nominal de R\$1,00 cada ("**Novas Ações**"), distribuídas aos sócios, respeitando a proporcionalidade das participações no capital social da Companhia, conforme o boletim de subscrição que integra a presente ata na forma do Anexo 1. 5.2. Em decorrência do aumento de capital social ora aprovado, é alterado o *caput* do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 392.200.897,00, dividido em 392.200.897 ações ordinárias, no valor de R\$1,00 cada uma**". 5.2. Aprovar a lavratura da Ata desta Assembleia Geral Extraordinária na forma sumária. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. RJ, 31/12/21. (ass) **Mesa:** Fabio Alejandro Baimelju, Presidente; Marcelo de Castro Cardoso, Secretário. **Juceesp** nº 69.030/22-4 em 07/02/2022.

Atic Holding S.A.

CNPJ nº 33.852.272/0001-79 - NIRE nº 35.300.537.416

Companhia de Capital Fechado**Ata de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**

Ficam convocados os senhores acionistas da **Atic Holding S.A.**, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia cita 01/03/2022, em primeira convocação, às 13:00 horas, observa quórum de 50% do capital votante, em segunda convocação, às 14:00 horas, observa quórum de 75% do capital votante, e em terceira convocação, às 15:00 horas, com qualquer quórum, valendo a deliberação de 51% dos votos presentes, e será realizada na Alameda Teraocuta, nº 185, em São Caetano do Sul, São Paulo, CEP 09531-190 a fim de deliberar a seguinte Ordem do Dia: **1)** Eleição dos membros da Administração. **2)** Prestação de contas 2021. I - Prazo para inscrição: O prazo para inscrição de interessado será de até 10 (dez) dias contados a data do edital. II - documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, bem como outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia, foram disponibilizadas aos acionistas da Companhia, e podem ser acessados pelo site da ATIC no seguinte endereço eletrônico: www.cifitransportes.com.br. III - Regras Sanitárias: A fim de oferecer condições para o maior número de participação, dada as restrições sanitárias em razão da pandemia oriunda da COVID-19, a Assembleia será realizada de forma híbrida, cujo link da reunião será passado aos sócios por meio eletrônico (e-mail/aplicativo de mensagem).

Construtora Adolpho Lindenberg S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.022.042/0001-18 - NIRE nº 35.300.067.827

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de Julho de 2021

1. Data, Horário e Local: Em 05 de julho de 2021, às 10 horas, na sede social da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("**Companhia**"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos conselheiros da Companhia: Srs. Adolpho Lindenberg, Marcelo Haddad Buzar e Maurício Piazзон Barbosa Lima. **3. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Marcelo Haddad Buzar, que convidou o Sr. Maurício Piazзон Barbosa Lima para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Aprovar a prestação de garantia no formato de fiança, em favor Banco Safra S.A. (CNPJ/MF sob nº 58.160.789/0001-28), mediante assinatura do Instrumento Particular de Midau a Empreendedor para Construção, com Pacto Adjetivo de Primeira Hipoteca, Cessão Fiduciária, Fiança e Outras Avenças, tendo como devedora a sua controlada Barão Incorporação SPE Ltda (CNPJ/MF sob nº 33.657.273/0001-82), para a tomada de crédito no valor de R\$28.300.000,00 (Vinte e Oito Milhões e Trezentos Mil Reais) para a construção do empreendimento denominado Lindenberg Via Mariana. **5. Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação da matéria constante da Ordem do Dia, os Conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos e sem restrições, aprovar a anuência da Companhia à realização da Operação descrita na Ordem do Dia, autorizando a Diretoria da Companhia a assinar e praticar todos os atos necessários para a formalização da Operação. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos até a lavratura desta ata. Reaberta a sessão pelo Sr. Presidente, foi a ata lida e unanimemente aprovada, autorizada a lavratura e publicação da presente ata sob a forma de sumário dos fatos ocorridos. **Mesa:** Marcelo Haddad Buzar (Presidente), Maurício Piazзон Barbosa Lima (Secretário), Conselheiros Presentes: Adolpho Lindenberg, Marcelo Haddad Buzar e Maurício Piazзон Barbosa Lima. Confira em original lavrado em livro próprio. São Paulo, 05 de julho de 2021. **Mesa:** Marcelo Haddad Buzar - Presidente, Maurício Piazзон B. Lima - Secretário. JUCESP nº 358.465/21-7 em 27/07/2021. Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Construtora Adolpho Lindenberg S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.022.042/0001-18 - NIRE nº 35.300.067.827

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de Dezembro de 2021

1. Data, Horário e Local: Em 03 de dezembro de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("**Companhia**"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos conselheiros da Companhia: Srs. Adolpho Lindenberg, Marcelo Haddad Buzar e Maurício Piazзон Barbosa Lima. **3. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Marcelo Haddad Buzar, que convidou o Sr. Maurício Piazзон Barbosa Lima para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre aprovar a proposta da Diretoria para (a) redução do capital social da Companhia no montante de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), valor este que se destinará integralmente para a absorção dos prejuízos acumulados nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76. Após a redução, o capital da Companhia passaria a ser de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sem alteração da quantidade de ações atualmente emitidas. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração manifestaram-se favoravelmente a redução do capital social da Companhia no montante de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), valor este que se destinará integralmente para a absorção dos prejuízos acumulados, sem alteração da quantidade de ações atualmente emitidas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos até a lavratura desta ata. Reaberta a sessão pelo Sr. Presidente, foi a ata lida e unanimemente aprovada, autorizada a lavratura e publicação da presente ata sob a forma de sumário dos fatos ocorridos. **Mesa:** Marcelo Haddad Buzar (Presidente), Maurício Piazзон Barbosa Lima (Secretário), Conselheiros Presentes: Adolpho Lindenberg, Marcelo Haddad Buzar e Maurício Piazзон Barbosa Lima. Confira em original lavrado em livro próprio. São Paulo, 03 de dezembro de 2021. **Mesa:** Marcelo Haddad Buzar - Presidente, Maurício Piazзон Barbosa Lima - Secretário. JUCESP nº 666.588/21-1 em 29/12/2021. Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

TRIET ENGENHARIA S/A

CNPJ: 10.441.611/0001-29 - NIRE JCDF Nº 53300016798

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras Individuais e Parecer dos Auditores Independentes, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos a disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias, bem como para esclarecimentos suplementares. **A Administração.**

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL - BALANÇO PATRIMONIAL - Valores em R\$				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Valores em R\$			
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2021	2020	DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2021	2020
ATIVO		103.550.637	154.372.368	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		103.550.637	154.372.368
Ativo Circulante		71.663.606	75.807.779	Passivo Circulante		15.983.465	15.598.795
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	45.691.554	62.169.111	Fornecedores	12	8.465.590	3.055.334
Contas a Receber	7	21.336.652	11.759.642	Salários e Obrigações Sociais	13	1.367.101	1.299.514
Impostos a Recuperar	8	1.948.608	706.792	Obrigações Fiscais	14	1.813.697	2.479.482
Outros Créditos		443.645	2.239	Empréstimos e Financiamentos	15	3.821.787	8.764.465
Adiantamentos		1.497.449	649.341	Outras Contas a Pagar		515.290	-
Despesas Antecipadas		745.698	520.654				
Ativo Não Circulante		31.897.031	78.564.589	Passivo Não Circulante		21.890.443	9.625.465
Realizável a Longo Prazo		6.771.327	1.302.701	Empréstimos e Financiamentos	15	5.971.022	9.520.465
Dep. Judiciais e Cauções		603.100	594.559	Conting. Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	16	14.419.039	105.000
Títulos de Capitalização		557.194	180.000	Impostos Inc. s/ Receitas Diferidas	17	1.500.382	-
Ativo Fiscal Diferido	9	4.902.473	35.700				
Despesas Antecipadas		708.560	492.442	Patrimônio Líquido		65.676.729	129.148.108
Investimentos	10	13.235.296	69.574.814	Capital Social	18b	51.000.000	51.000.000
Imobilizado	11	11.867.465	7.674.131	Reserva de Capital	18c	7.443.678	24.377.538
Intangível		12.943	12.943	Reserva de Lucros	18d	3.245.603	50.174.895
				Reserva Legal	18e	3.987.448	3.595.675

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Valores em R\$			
Descrição das Atividades	2021	2020	
Das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes do IRPJ e CSLL	4.730.189	29.811.227	
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	925.611	636.724	
Resultado de investimentos avaliados pelo MEP	(10.459.380)	(2.608.753)	
(Ganho) Perda na alienação de bens	(69.257)	(45.896)	
Constituição e (Reversão) de provisões operacionais	14.349.739	(1.286.015)	
Glossos e perdas no recebimento de créditos	412.746	123.159	
Variáveis nos ativos e passivos	9.889.648	26.630.446	
(Aumento) redução em contas a receber	(9.989.755)	(7.620.374)	
(Aumento) redução demais ativos circulantes e não circulantes	(3.358.227)	(1.197.146)	
Aumento (redução) em fornecedores	1.866.941	1.879.000	
Aumento (redução) em demais passivos circulantes e não circulantes	(25.541)	2.306.710	
IRPJ e CSLL pagos	(869.487)	(3.337.859)	
Pagamento de juros	(1.033.906)	(563.696)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(4.000.329)	18.097.081	
Das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.121.372)	(689.419)	
Recursos provenientes de alienação do imobilizado	95.000	84.800	
Aquisição de investimentos	-	-	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(1.026.372)	(604.619)	
Das atividades de financiamentos			
Aumento (redução) de empréstimos e financiamentos	(7.458.215)	17.823.748	
Pagamento de dividendos e JSCP	(3.992.642)	(3.344.122)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	(11.450.856)	14.479.626	
Fluxo de caixa total	(16.477.558)	31.972.088	
Demonsração da variação nas disponibilidades			
No início do exercício	62.169.111	30.197.023	
No fim do exercício	45.691.554	62.169.111	
Aumento (redução) nas disponibilidades	(16.477.558)	31.972.088	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Valores em R\$					
Transações	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	51.000.000	3.000.000	2.294.535	50.174.895	106.469.430
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	26.022.800	26.022.800
Destinações	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	21.377.538	-	(21.377.538)	-
Reserva Legal	-	-	1.301.140	(1.301.140)	-
Dividendos e JSCP Distribuídos	-	-	-	(3.344.122)	(3.344.122)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	51.000.000	24.377.538	3.595.676	50.174.895	129.148.108
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	7.835.450	7.835.450
Destinações	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	7.443.678	-	(7.443.678)	-
Reserva Legal	-	-	391.773	(391.773)	-
Dividendos e JSCP Distribuídos	-	-	-	(4.507.931)	(4.507.931)
Aumento/Redução de Capital	-	(24.377.538)	-	(42.421.360)	(66.798.898)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	51.000.000	7.443.678	3.987.448	3.245.603	65.676.729

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial conforme orientação do CPC 18 (R2) e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo estando sujeitos ao Pronunciamento Técnico CPC 19 (nota explicativa 10).
a) Reserva de Capital - É constituída nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e reconhecida na demonstração do resultado e ajustadas contra o valor contábil do investimento. A Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.
b) Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
c) Imobilizado - Em novembro de 2016, com vigência a partir de 01/01/2019, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Segundo o CPC 47, a entidade somente deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) satisfizer uma obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço ao cliente.
f) Estoque de Serviços em Execução - Um contrato pode ter incorrido em custos, cuja receita não pode ser mensurada ou reconhecida naquele instante, desta forma, tais custos devem ser reconhecidos no ativo, desde que seja provável que venham a ser recuperados.
g) Provisão de Renda e Contribuição Social - Correntes e Diferidas - As despesas de IRPJ e CSLL - correntes e diferidas - são calculadas com base nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício, sendo reconhecidas na demonstração do resultado do exercício. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Sociedade são calculados às alíquotas de 15% e 9%, respectivamente, acrescida do adicional para o IRPJ cuja alíquota é de 10%.
h) Ajuste de depreciação - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas reconhecidas tomando como base a proporção dos serviços executados até a data das demonstrações e os custos do contrato são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. A Sociedade utiliza de laudos técnicos de medição de obra conforme dispõe a IN SRF 2179 para determinar as bases de execução dos contratos em curso.
i) Reconhecimento da receita - Em conformidade com o CPC 47, a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.
j) Avaliação do valor recuperável dos ativos - Em novembro de 2016, com vigência a partir de 01/01/2019, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Segundo o CPC 47, a entidade somente deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) satisfizer uma obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço ao cliente.
k) Dividendos - A Companhia classifica os dividendos mínimos obrigatórios, que correspondem a 15% do lucro líquido ajustado após deduções legais, diretamente no Patrimônio Líquido (nota explicativa 18a), em consonância com a legislação fiscal e societária.
l) Estimação do valor justo - De acordo com o CPC 25 se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer.
m) Instrumentos financeiros - A companhia classifica seus principais instrumentos financeiros ativos e passivos da seguinte forma:
Ativos financeiros não derivativos - mensuração. Os instrumentos de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo (nota explicativa 6).
 ii. As aplicações financeiras são apresentadas ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. Essas operações estão reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização (nota explicativa 6).
 iii. Contas a receber de clientes: Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Devido o prazo de recebimento ser inferior a um ano (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), são classificadas no ativo circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo (nota explicativa 7.i.).
Passivos financeiros não derivativos - mensuração.
 iv. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante (nota explicativa 12).
 v. Financiamentos e empréstimos: O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiamento de infraestrutura. Estão demonstrados pelos valores de contratação. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras (nota explicativa 15). A Sociedade não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2021.
n) Provisões para Passivos Contingentes - Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação, em atendimento ao CPC 25.
o. Contas a receber de clientes: Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Veja política contábil na nota explicativa 5.m.i.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Valores em R\$					
Recargas	2021	2020			
Da Prestação de serviços	99.929.031	106.079.115			
Outras recargas (despesas)	174.257	1.914.754			
Total	100.103.288	107.993.870			

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Valores em R\$					
Recargas	2021	2020			
Da Prestação de serviços	99.929.031	106.079.115			
Outras recargas (despesas)	174.257	1.914.754			
Total	100.103.288	107.993.870			

Retenção
 Depreciação, amortização e exaustão (925.611) (636.724)
Valor adicionado líquido gerado **1.482.264** **34.305.471**

Valor adicionado recebido em transferência
 Receitas financeiras 2.109.121 1.703.412
 Resultado de Equivalência Patrimonial 10.459.380 2.608.753
12.568.501 4.312.165

Valor adicionado total a distribuir **14.050.765** **38.617.636**
Distribuição do valor adicionado

Empregados	1.235.745	9%	1.229.358	3%
Salário e encargos	1.235.745		1.229.358	
Impostos, taxas e contribuições	3.153.897	22%	10.309.527	27%
Tributos Federais	919.705		7.972.617	
Tributos Estaduais	63.038		82.974	
Tributos Municipais	2.151.155		2.252.935	
Financiadores	1.825.672	13%	1.056.952	3%
Juros	1.033.906		563.696	
Aluguéis	791.766		493.256	
Acionistas	7.835.450	56%	26.022.800	67%
Pagamento de dividendos	4.507.931		3.344.122	
Lucros retidos do exercício	3.237.519		22.678.678	
Valor adicionado total distribuído	14.050.765	100%	38.617.636	100%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

NOTA 1. Contexto Operacional.
a. A Empresa.
 A Sociedade Triet Engenharia S.A., é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins lucrativos, constituída em 01 de novembro de 2008 sob a forma empresarial limitada - com absorção de capital através de cisão parcial de outra sociedade - com sede em Brasília/DF e possuindo filiais nas cidades de Pântano Grande no Estado do Rio Grande do Sul, Alto Garças no Estado do Mato Grosso e Brasília de Minas no Estado de Minas Gerais, sua última com finalidade única de desenvolver a atividade auxiliar de depósito fechada. Em 2015, ocorreu a transformação da referida sociedade de limitada em sociedade anônima fechada, que passou a girar sob a denominação de Triet Engenharia S/A.

b. Áreas de Negócios.
 A companhia possui como atividade preponderante: Execução e prestação de serviços de engenharia em obras rodoviárias, terraplenagem, pavimentação, urbanismo e outras correlatas, investimentos em outras sociedades e aluguel de máquinas e equipamentos.

NOTA 2. Relação de Entidades Coligadas.
 Segue abaixo as participações em coligadas da companhia na data findo do balanço.

	Participação			
	2021	2020		
Agropecuária Nova América Ltda	0,00%	69,81%		
SPE Condomínio Vila Bella Ltda	99,99%	99,99%		

i) Agropecuária Nova América Ltda, com sede na cidade de Brasília/DF de Minas/MG, com objeto social de exploração da Atividade Agropecuária (produções relevantes de soja, algodão, milho e sorgo) e Arrendamento de Terras Próprias.
ii) SPE Condomínio Vila Bella Ltda, com sede na cidade de Macapá/AP, com objeto social de Incorporação de empreendimentos imobiliários e Compra e venda de Imóveis próprios.

Em 11 de outubro de 2021, foi aprovado, em assembleia geral extraordinária, o aumento do capital social da Triet Engenharia S.A., em R\$ 66.798.898,00 milhões de reais, sendo realizado utilizando parte do saldo das contas de Reservas de Lucros Acumuladas e Reserva de Capital, constante do balanço encerrado em 31 de dezembro de 2020, sem emissão de novas ações.
 Em 25 de outubro de 2021, foi aprovado, em assembleia geral extraordinária, a redução do capital social da Triet Engenharia S.A., em R\$ 66.798.898,00 milhões de reais, tendo como restituição do capital aos acionistas, pelo valor contábil, a totalidade da participação que a Triet Engenharia S.A. detinha no capital social da Agropecuária Nova América Ltda.

NOTA 3. Apresentação das Demonstrações Financeiras.
 As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e por exigência dos Acionistas as Demonstrações Financeiras não foram consolidadas.
 Em conformidade com a OCP 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas, e correspondem àquelas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A preparação e a apresentação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Base de Mensuração.
 As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.
 A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Triet Engenharia S/A no processo de aplicação das suas políticas contábeis.
 Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

b) Apresentação.
 Estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras, a DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa - preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 e a DVA - Demonstrativo do Valor Adicionado - preparada de acordo com o CPC 09, sendo apresentada de forma adicional, pois pela legislação é requerida somente as companhias de capital aberto, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria das demais demonstrações.
 Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidades de Real, moeda funcional da companhia, desprezadas as frações de centavos.
c) Continuidade.
 A Administração avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.
NOTA 4. Conclusão, Autorização para Publicação e Aprovação.
 Em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.184/09 (Aprovou a NBC TG 24 - Evento Subsequente) a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021 foi autorizada pela diretoria em 25 de janeiro 2022.
 Desta forma, as demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

NOTA 5. Principais Políticas contábeis.
 Dentre as principais práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltam-se:
a) Investimentos em Coligadas.
 As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

NOTA 15. Empréstimos e Financiamentos.					
O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos não está reconhecido a valor presente, e corresponde ao valor original do contrato. Veja política contábil na nota explicativa 5.m.v.					
Instituição Financeira	Financiamentos e Empréstimos	Encargos Anuais	2021	2020	
Banco do Brasil	Máquinas e Equipamentos	de 3,5% a 4,15% a.a	Circulante	Não Circulante	
Bradesco	Conta Garantida	até 7,7% a.a.	132.408	-	
			3.689.378	5.971.022	
			3.821.787	5.971.022	
			9.792.809	-	

02/02

TRIER ENGENHARIA S/A

CNPJ: 10.441.611/0001-29 - NIRE JCDF Nº 53300016798

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Para todas as modalidades de financiamentos foram dados como garantias/alienação os próprios bens adquiridos/financiados. A Companhia não faz uso destes instrumentos para suprir as necessidades de seus fluxos de caixa.

NOTA 16. Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis.

A Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhistas e cíveis. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. Veja política contábil na nota explicativa 5.n.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões para perdas prováveis para riscos são suficientes para cobrir as eventuais perdas e considera que o resultado desfavorável nesses processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante na posição financeira ou nos negócios da Companhia.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas prováveis em 31 de dezembro de 2021 estão provisionadas e são apresentadas a seguir conforme sua natureza. As contingências classificadas como de perda **possível**, estão divulgadas nas notas explicativas, porém não são provisionadas, em conformidade com o CPC 25.

Natureza	Origem	2021	2020
Trabalhista	Contingências de processos em trânsito	-	105.000
Administrativa	Questionamento técnico e cobrança	14.419.039	-
	Total	14.419.039	105.000

i) Administrativo.

A Companhia é parte envolvida e/ou relacionada em processos administrativos, ainda em fase recursal classificados como **provável perda** em ações decorrentes de sua atividade operacional e são acompanhadas por consultores jurídicos e corpo técnico, tendo reconhecido em 2021 o montante de R\$ 14.419.039 (2020 R\$ 0,00).

A Companhia também é parte envolvida no processo 08700.001836/2016-11 que tem como autor o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, tendo classificação como **possível perda**.

ii) Natureza Trabalhista.

A Companhia é parte em ações trabalhistas, ainda em fase recursal classificadas como possível perda, oriundas do curso normal de suas atividades movidas por ex-colaboradores, cujos pedidos se constituem de verbas rescisórias e adicionais. Essas ações (quadro abaixo) foram classificadas como de **possível**. As provisões são revisadas no encerramento de cada exercício social e quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais.

Natureza	Tipo de ação	Órgão	Documento
Trabalhista	Reclamação Trabalhista	TRT4	0020856-72.2016.5.04.0782
Trabalhista	Reclamação Trabalhista	TRT4	0020855-82.2016.5.04.0782
Trabalhista	Reclamação Trabalhista	TRT10	0000986-56.2019.5.10.0010
Trabalhista	Reclamação Trabalhista	TRT4	0020335-71.2020.5.04.0141
Trabalhista	Reclamação Trabalhista	TRT4	0020336-56.2020.5.04.0141
Trabalhista	Reclamação Trabalhista	TRT4	0020265-20.2021.5.04.0141
Trabalhista	Reclamação Trabalhista	TRT10	0000356-56.2021.5.40.0001
Trabalhista	Reclamação Trabalhista	TRT4	0020467-94.2021.5.04.0141
Trabalhista	Reclamação Trabalhista	TRT4	0020594-66.2020.5.04.0141
Trabalhista	Reclamação Trabalhista	TRT4	0020595-51.2020.5.04.0141

iii) Natureza Cível.

A Companhia é parte envolvida em processo cível, ainda em fase recursal classificados como **possível perda**, oriundas do curso normal de suas operações nos processos 1000740-55.2018.4.01.3100 TRF1 e 0702196-41.2021.8.07.0018 TJDF.

NOTA 17. Passivo Fiscal Diferido.

De acordo com a CFC 1.189/2009 que aprova a NBC TG 32 – Tributos sobre o Lucro - Passivo fiscal diferido é o valor do tributo sobre receita ou lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis.

No reconhecimento contábil de uma receita, as despesas com impostos e contribuições são reconhecidas nesse mesmo período, ainda que tais receitas tenham a sua tributação diferida para efeitos fiscais, ou seja, o Imposto de Renda e a Contribuição Social incidentes sejam pagos em períodos futuros.

De esta forma em obediência à (NBC TG 32) a companhia reconhece esses efeitos fiscais por meio da contabilização do passivo fiscal diferido, no exercício em decorrência do resultado de aplicação à Valor Justo (nota explicativa 20).

O passivo fiscal diferido deve ser reconhecido às alíquotas aplicáveis ao exercício em que o passivo deve ser liquidado. O saldo na data de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.500.381 (2020 R\$ 0,00).

NOTA 18. Patrimônio Líquido.

O saldo do patrimônio líquido da companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 65.677.085 (2020 R\$ 129.148.108). As ações do capital social são asseguradas a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 15% do lucro líquido ajustado, após deduções legais.

A companhia distribuiu Lucros Acumulados no decorrer do exercício de 2021, o valor das referidas distribuições foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório em conformidade com o acordo de acionista e estatuto social.

a) Dividendos.

Foram distribuídos em 2021 dividendos no exercício no montante de R\$ 4.507.931 quanto que em 2020 R\$ 3.444.122 na forma de juros sobre o capital próprio.

b) Capital Social.

O capital social subscrito e integralizado em 2021 é de R\$ 51.000.000,00 (Cinquenta e um milhões de reais), dividido em 51.000.000 (Cinquenta e um milhões) de ações ordinárias de capital sem valor nominal.

c) Reserva de Capital.

Conforme dispõem o art. 199 da lei 6.404/76, a reserva de capital foi constituída a partir do excedente do saldo das reservas de lucros, que ultrapassou o capital social. A assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. O valor registrado no período findo em 31 de dezembro 2021 monta o valor de R\$ 7.443.678 (2020 R\$ 24.377.538).

d) Reserva de lucros.

Foram distribuídos em 2021 dividendos no exercício no montante de R\$ 4.507.931 quanto que em 2020 R\$ 3.444.122 na forma de juros sobre o capital próprio. O saldo da reserva de lucros - constituída nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76 - montava na data do balanço o valor de R\$ 3.245.603 (2020 R\$ 50.174.895).

e) Reserva Legal.

Em conformidade com a lei 6.404/76, nos termos do artigo 193, constituiu-se a reserva legal com retenção de 5% do lucro líquido do exercício. O saldo registrado no período findo em 31 de dezembro 2021 monta o valor de R\$ 3.987.448 (2020 R\$ 3.595.676).

NOTA 19. Custo dos Serviços Prestados.

Em 2021 a apuração do Custo dos Serviços Prestados foi de R\$ 77.046.039 (2020 R\$ 65.479.335), conforme Quadro detalhado abaixo :

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	2021	2020
Custo com Materiais	36.723.762	35.873.289
Custo com Serviços	36.344.435	27.989.322
Custo com Locação	3.977.842	1.616.724
Total	77.046.039	65.479.335

NOTA 20. Resultado Financeiro.

As receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras sendo reconhecida "pro rata die" com base no método da taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros reconhecidos no resultado do exercício sobre os empréstimos e financiamentos.

Receitas s/ Aplicações Financeiras	2021	2020
Receitas s/ Aplicações Financeiras	2.086.478	1.049.889
Descontos Obtidos	13.183	13.465
Var. Monetária s/ Impostos a Recuperar	9.066	62.912
Outras Financeiras	394	577.146
Despesas Financeiras	2021	2020
Juros S/Empréstimos e Financiamentos	(1.032.415)	(545.667)
Juros S/Fornecedores	(1.491)	(18.029)
Descontos Concedidos	-	(355)
Resultado Financeiro	1.075.214	1.139.361

NOTA 21. Partes Relacionadas.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à companhia.

A Trier Engenharia S/A, mantém partes relacionadas através de seu quadro de acionistas que possuem participação em outras sociedades, com as quais possui relação comercial através de contratos de locação, caracterizado como comodato sem ônus, celebrados entre as companhias.

Demais operações com partes relacionadas referem-se à Distribuição de Lucros, na forma de distribuição de dividendos mínimos obrigatório e pró-labore aos acionistas.

NOTA 22. Cobertura de Seguros, Fianças e Garantias.

A Sociedade não tem por política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros apenas as obras em execução estão garantidas através seguro garantia, sendo o beneficiário o contratante.

NOTA 23. Política Ambiental.

A Sociedade está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de acordo com os três níveis de governos: municipal, estadual e federal. A Sociedade tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, e não responde por nenhum processo judicial no descumprimento da legislação ambiental.

NOTA 24. Evento Subsequente.

A epidemia do Coronavírus (Covid-19) continua causando queda na produtividade de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. O setor da Construção Civil sofreu diretamente com a alta dos preços em decorrência da escassez de matéria-prima, aumento de demanda e às oscilações constantes do dólar. Apesar dos diversos riscos e incertezas aos quais a companhia está sujeita, não fomos afetados no andamento da atividade operacional, que por Lei é classificada como atividade essencial ao país e a comunidade. Todavia, continuamos adotando todas as recomendações solicitadas pelas autoridades governamentais para o enfrentamento da pandemia.

NOTA 25. Auditores Independentes.

A sociedade esclarece não estar obrigada a Auditoria Independente, entretanto por liberalidade e adesão as boas práticas de governança corporativa, mantêm contrato com auditores credenciados na Comissão de Valores Mobiliários, para auditoria de suas Demonstrações Financeiras.

A Administração.

DIRETORIA	CONTADOR
JOSÉ AMÉRICO MIARI Diretor Presidente	CELSO GUERRA LEMOS NETO CRC DF - 019351/O-0
LÚCIO ABREU ROSA MIARI Diretor Executivo	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da TRIER ENGENHARIA S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **TRIER ENGENHARIA S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TRIER ENGENHARIA S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **TRIER ENGENHARIA S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria, se as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2022.

UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC DF 501/O-1 - CVM 6785

CLAUDINEI DALLASTRA
Contador CRC DF 16037/O

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5AF1-D9E3-04F8-57B4> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5AF1-D9E3-04F8-57B4



Hash do Documento

93630A353051E211D117705AC3837395A425454C481520A68E04FF3818DCD6B6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/02/2022 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
14/02/2022 21:11 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

